

TAMIRES CLEI NUNES

COMUNICAR PARA INCLUIR:

relato da experiência do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí

Tamires Clei Nunes

COMUNICAR PARA INCLUIR:

relato de experiência sobre o Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí

Monografia apresentada à coordenação do curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais do Instituto de Ciências Agrárias - UFMG como requisito para obtenção do título de Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Demerson Luiz de Almeida Barbosa

Montes Claros

2022

Nunes, Tamires Clei

N972c Comunicar para incluir [manuscrito]: relato da experiência do Subcomitê de Bacia
2022 Hidrográfica do Rio Curimataí / Tamires Clei Nunes. Montes Claros, 2022.
 32 f.: il.

Monografia (especialização) - Área de concentração em Recursos Hídricos e Ambientais. Universidade Federal de Minas Gerais / Instituto de Ciências Agrárias.

Orientador: Demerson Luiz de Almeida Barbosa

Banca examinadora: Júlia Ferreira da Silva, Leidivan Almeida Frazão.

Inclui referências: f. 32

1. Gestão participativa. 2. Pandemia mundial. 3. Participação Social. I. Barbosa, Demerson Luiz de Almeida. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Ciências Agrárias. III. Título.

CDU: 556.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ESPECIALIZAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

COMUNICAR PARA INCLUIR: relato da experiência do Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí

TAMIRES CLEI NUNES

Trabalho Final de Curso de Especialização (TFCE) submetido à Comissão de Avaliação designada pela Comissão de Coordenação do curso de Especialização em Recursos Hídricos e Ambientais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Recursos Hídricos e Ambientais.

TFCE aprovado em 06 de dezembro de 2022 pela comissão de avaliação constituída pelos membros:

DEMERSON LUIZ DE ALMEIDA BARBOSA
Orientador - ICA/UFMG

JÚLIA FERREIRA DA SILVA
Avaliadora - ICA/UFMG

LEIDIVAN ALMEIDA FRAZÃO
Avaliadora - ICA/UFMG

Montes Claros, data da assinatura eletrônica.

DALTON ROCHA PEREIRA
Coordenador de Pós-graduação *Lato Sensu*



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Rocha Pereira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 26/12/2022, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1945743** e o código CRC **EFD8C337**.

Dedicado à luta do companheiro Hugo de Azevedo Lana Filho (*In memoriam*), ele que foi ativista ambiental, técnico sanitarista de formação, diretor de Meio Ambiente de Buenópolis, coordenador geral do SCBH do Rio Curimataí. Ele que foi meu amigo desde o nosso encontro de almas no evento citado neste estudo, o seminário de entrega do projeto Hidroambiental. Ele dizia “o rio que eu quero é enorme”. Ele que me disse que nós “filhos de Ogum nos reconhecemos”. Ele que após o desencarne me enviou a mais singela mensagem “você queria saber se estou na luz? Eu estou na Luz”. A você meu amigo, maior incentivador da carreira ambiental, que tanto se alegrou ao saber que eu havia me matriculado nesta especialização.

* 1962 + 2020

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

RESUMO

A Lei Federal 9.433/97 estabelece a Política Nacional de Recursos Hídricos e institui o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Ela orienta como um de seus principais fundamentos que a gestão deve ser descentralizada e participativa. Nesse sentido, a legislação previu a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas, estrutura decisória que assegura a participação dos governos, usuários das águas e comunidades, em prol da garantia da qualidade e quantidade da água e dos usos múltiplos. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas foi pioneiro na institucionalização de Subcomitês de Bacias Hidrográficas (SCBH) como parte de sua estrutura. O Subcomitê de Bacias Hidrográfica do Rio Curimataí nasceu em 1999 promovendo ações ambientais, porém se desarticulou por alguns anos, foi reestruturado em meados de 2014-2019, mas, com o advento da pandemia mundial em 2020, houve nova ruptura na participação dos conselheiros. O objetivo com este trabalho foi compreender os entraves para uma gestão participativa no cenário do isolamento social ocasionado pela Covid-19 em 2020. Pretende ainda, testar a hipótese de que a mobilização amparada no processo de comunicação fluída é capaz de promover a gestão participativa. Considerando as transformações na dinâmica social se fazem necessárias a criação de estratégias que assegurem a gestão participativa em instâncias de governança.

Palavras-chave: Gestão participativa.-Pandemia mundial. Participação Social.

ABSTRACT

Federal Law 9,433/97 establishes the National Water Resources Policy and institutes the National Water Resources System. It guides as one of its main foundations that management must be decentralized and participatory. In this sense, the legislation provided for the creation of River Basin Committees, a decision-making structure that ensures the participation of governments, water users and communities, in favor of guaranteeing the quality and quantity of water and multiple uses. The Rio das Velhas River Basin Committee was a pioneer in institutionalizing the River Basin Subcommittees (SCBH) as part of its structure. The Curimataí River Watershed Subcommittee was born in 1999 promoting environmental actions, but dismantled for a few years, it was restructured in mid-2014-2019, but, with the advent of the global pandemic in 2020, there was a new rupture in the participation of councilors. The objective of this work was to understand the obstacles to participatory management in the scenario of social isolation caused by Covid-19 in 2020. It also intends to test the hypothesis that mobilization supported by the process of fluid communication is capable of promoting participatory management. Considering the changes in social dynamics, it is necessary to create strategies that ensure participatory management in instances of governance.

Keywords: Participatory management. World pandemic. Social Participation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O RIO CURIMATAÍ NO CONTEXTO DO VELHAS	8
3 PRESSUPOSTOS SOBRE O MODELO ATUAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	12
3.1 Tipo ideal da mobilização	17
4 ESTUDO DE CASO: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROJETO HIDROAMBIENTAL	19
4.1 A Gestão 2019-2021	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas é reconhecido no território nacional como propulsor da descentralização da gestão das águas. Para efeito de planejamento e gestão dos recursos hídricos, é subdividido em 23 regiões denominadas de Unidades Territoriais Estratégicas – UTEs (CBH Velhas, 2021).

A unidade territorial da bacia hidrográfica utilizada como pano de fundo desse estudo é a do Rio Curimataí, composta pelos municípios mineiros de Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício, com uma extensão de 2.218,66 km² (CBH Velhas, 2016). O subcomitê do Rio Curimataí nasceu em 1999 promovendo importantes ações ambientais, entretanto, a governança se desarticulou por alguns anos e só se reestruturou em meados de 2014 até 2019. Por conseguinte, com o advento da pandemia mundial em 2020, ocasionou-se uma nova ruptura na participação dos conselheiros e nas ações ambientais.

Em primeiro lugar, é preciso evidenciar o que seria a gestão participativa. A Agência Nacional de Águas (2020) define, em seu sentido mais amplo, que a gestão participativa opera como processos de diálogo que procuram incluir todos os setores e grupos que estão envolvidos em uma questão, seja para compartilhar conhecimentos sobre um tema, seja para a identificação coletiva de desafios, ou para planejar ações e tomar decisões coletivamente.

O recorte analítico foi escolhido devido ao envolvimento direto da autora deste estudo durante sua atuação na coordenação da sociedade cível no subcomitê, entre 2019 e 2021. Trata-se, portanto, de um relato de experiência, objeto de análise desse estudo, que está pautado nas problemáticas que tangem o processo de governança num conselho consultivo, buscando responder a seguinte questão: é possível promover uma participação social efetiva? Para isso, se fez necessário aplicar métodos de pesquisa das ciências sociais aplicadas às ciências ambientais, uma vez que os dados contidos no estudo de caso estão descritos por meio de documentos elaborados a partir dos trabalhos socioambientais realizados no subcomitê de bacia hidrográfica analisado. Desta forma, este estudo pretende testar a hipótese de que a mobilização amparada no processo de comunicação fluída é capaz de promover a gestão participativa. Contudo, o objetivo geral é compreender os entraves para uma gestão participativa no cenário do isolamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19 em 2020 e para tal, a unidade de análise serão os atores nele envolvidos, os conselheiros e os mobilizadores sociais.

A finalidade desta pesquisa foi realizar um estudo descrito por meio da pesquisa qualitativa, ou seja, realização da descrição de um estudo de caso pelo viés empírico da observação participante. Para captar dados desta realidade social a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de documentos técnicos como o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, publicações oficiais impressas e online do CBH Velhas, atas de reuniões do SCBH do Rio Curimataí, publicações oficiais da Agência Nacional de Águas e relatos de membros do SCBH. Além disso, para desenvolver a generalização do modelo esperado da figura do mobilizador social foram adotados conceitos clássicos do sociólogo Max Weber (1864 – 1920) sobre tipo ideal e dominação carismática.

Desta forma, fizemos a contextualização do SCBH do Rio Curimataí no contexto de luta e pioneirismo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. Em seguida descrevemos como é estabelecida a abordagem da equipe de mobilização social de comitês de acordo com as agências reguladoras. Pela análise empírica, buscamos traçar um tipo ideal para a figura do mobilizador social. Por fim, realizamos uma reflexão como proposta de intervenção no método adotado pelo comitê para realizar a mobilização, a fim de proporcionar maiores oportunidades para a efetivação da governança e possivelmente do controle social.

2 O RIO CURIMATAÍ NO CONTEXTO DO RIO DAS VELHAS

A Lei de águas Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com novos fundamentos no que se refere a gestão do território e de suas bacias hidrográficas. Cabe um destaque para o Artigo 1º em seu inciso VI desta Lei que determina: “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”, que, dessa forma, se estabelece uma base de gestão compartilhada e participativa. Para além disso, a gestão de águas deve estar fundamentada por um plano diretor de recursos hídricos como documento legal de planejamento e gestão, realizar o enquadramento dos corpos hídricos com base na qualidade de suas águas, outorga e cobrança pelo uso de águas e bancos de informações georreferenciadas (CBH Velhas, 2016, p. 2).

No que se refere à gestão participativa das águas, é adotada a metodologia de trabalho com comitês de bacias que são órgãos colegiados, integrado pelo poder público, sociedade civil e usuários de água, que por meio de discussões e negociações democráticas avaliam os reais e diferentes interesses sobre os usos das águas das bacias hidrográficas, além de possuírem poder

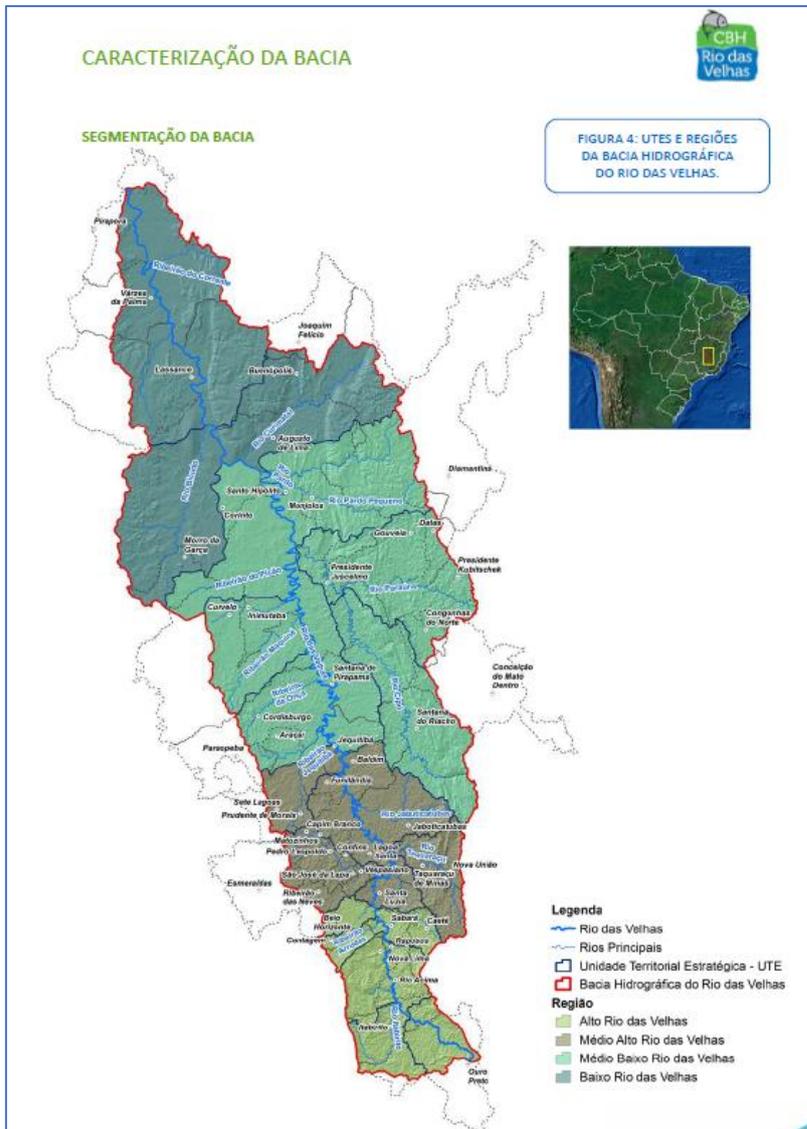
de decisão (ANA, 2020). Isto posto, os comitês das bacias hidrográficas presentes no território brasileiro são de extrema importância no gerenciamento, proteção e uso sustentável das águas.

O Rio São Francisco, gerido pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, se destaca por sua abrangência a nível federal, uma vez que possui sete unidades da federação, sendo elas Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal, além de 505 municípios (CBHSF, 2020). Seu principal afluente, em termos de extensão, é o Rio das Velhas localizado na região central de Minas Gerais (CBHSF, 2020).

A Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas ocupa uma extensão de 27.850 km², o rio nasce no município de Ouro Preto e sua nascente está localizada na Cachoeira das Andorinhas, ele percorre 806,84 km e deságua no Velho Chico na altura da Barra do Guaicuí no município de Várzea da Palma, MG. A bacia abrange 51 municípios com a população estimada em 4,5 milhões de habitantes, com contextos ambientais e naturais diversos e dividida entre alto, médio e baixo curso (CBH VELHAS, 2016 p.2).

Um total de 44 dos seus municípios têm suas sedes urbanas inseridas na bacia. No contexto regional, a participação do conjunto dos 51 municípios que a integram é significativa, correspondendo a 24,7% da população de Minas Gerais, principalmente em termos de população urbana (28,1%). A bacia está inserida em dois principais biomas: o Cerrado e a Mata Atlântica. Mas as vegetações predominantes são de Campos e Cerrado, apesar de 90% do seu território se encontrarem modificados em razão da ocupação antrópica crescente e desordenada (CBH VELHAS, 2021, p. 23).

Figura 1: Caracterização da bacia



Fonte: Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas 2015-2030.

Assim como a bacia do Rio São Francisco, a bacia do Rio das Velhas também possui seu próprio comitê, que foi instituído em 1998 nos moldes propostos pela Lei das Águas Nº 9.433/1997. Tendo em vista a descentralização da gestão das águas, os recursos hídricos da bacia são efetivados através de Unidades Territoriais Estratégicas (UTES) que possuem os próprios subcomitês com representantes da região ocupando os três seguimentos sociais: poder público, sociedade civil organizada e usuários de águas (CBH VELHAS, 2021).

Para efeito de planejamento e gestão dos seus recursos hídricos, a bacia subdivide-se em 23 regiões denominadas de Unidades Territoriais Estratégicas (UTES), definidas pela Deliberação Normativa CBH Rio das Velhas nº 1, de 9 de fevereiro de 2012. Dentre as 23 UTES, existem atualmente 18 subcomitês em atividade e cinco UTES que ainda não possuem subcomitê. Essa estrutura interna contribui para deixar o

processo de gestão das águas da bacia bastante descentralizado e participativo (CBH VELHAS, 2021, p. 24).

Dessa forma, os subcomitês têm um importante papel de articuladores das entidades existentes na bacia e possuem funções públicas relacionadas às questões ambientais, sociais e educacionais (CBH VELHAS, 2016, p. 4).

Assim, são definidas 23 unidades territoriais estratégicas para a gestão sistêmica e estruturada da bacia, levando em conta prerrogativas geográficas da Lei das Águas, as características de cada área, assim como sua extensão, número de efluentes diretos, quantidades de municípios, distribuição da população e existência de mais de uma prefeitura na sua composição (CBH VELHAS, 2016, p. 4). Essas unidades estão distribuídas em quatro macrorregiões de planejamento: Alto, compreendendo sete UTEs; Médio Alto, com seis UTEs; Médio Baixo, com sete UTEs; e Baixo, com três UTEs. A região intermediária, denominada Médio Rio das Velhas, foi subdividida devido à sua grande extensão e diversidade (CBH VELHAS, 2021).

A região de análise deste estudo é a do Baixo Rio das Velhas, possui oito municípios na sua área de drenagem, sendo a segunda maior região, com 8.630,07 km², representando 31% do total. Nenhum dos seus municípios tem 100% do território inserido na bacia: Augusto de Lima (71%), Buenópolis (80%), Corinto (87%), Joaquim Felício (7%), Lassance (67%), Morro d Garça (61%), Pirapora (38%) e Várzea da Palma (73%). Três UTEs fazem parte da região, caracterizada pela baixa concentração populacional, com a predominância de atividades agrícolas e pecuárias (CBH Velhas, 2021, p. 28).

A UTE da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí é formada pelos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício, ativistas pioneiros como Hermes Carneiro, agricultor do município de Augusto de Lima, conta que a luta pela construção deste espaço de governança iniciou-se em 1999, entretanto foi instituído oficialmente só em 12 de maio de 2006.

Seus principais rios afluentes são o Rio Curimataí, enquadrado como classe 2, rio Curimataizinho, córrego das Pedras e córrego Riachão. A bacia ocupa uma área de 2.218,66 km², com uma extensão de rio de 132,63 km, e população total de 11.255 habitantes (IBGE, 2010). Além de ser caracterizada por sua beleza natural bem preservada, que é atrativo para o turismo, seus rios bem preservados fazem com que seja responsável por uma recarga de águas

limpas para o Rio das Velhas, que sofre com fatores poluidores ao longo do seu curso (CBH VELHAS, 2016, p. 5).

Figura 2: Área de abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí



Fonte: CBH Velhas, 2016.

3 PRESSUPOSTOS SOBRE O MODELO ATUAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas tem um importante papel na construção do ideal de gestão participativa das águas no país, foi o primeiro do estado de Minas Gerais, em 1998, apesar de não ter emergido de demandas espontâneas da sociedade e sim pelo cumprimento de uma agenda firmada com o Banco Mundial. Neste sentido, a criação de comitês de bacias hidrográficas no Brasil ocorreu no contexto de redemocratização do país, e expressa, na constituição cidadã de 1988, a necessidade de criação de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, que proporcionasse maior interação social na tomada de decisão dos recursos naturais. “O CBH Rio das Velhas é um órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, com atuação na área territorial compreendida pela Bacia Hidrográfica

do Rio das Velhas, integrante do Sistema Estadual de Recursos Hídricos” (CBH VELHAS, 2021, p. 42).

Com a premissa de descentralização da gestão das águas para além da calha principal, com a máxima de “ninguém melhor que as próprias pessoas que vivem nos lugares da bacia para conhecer as suas necessidades e prioridades”, a inspiração de criar unidades territoriais estratégicas e subcomitês veio através da iniciativa exitosa dos Núcleos Manuelzão, que reuniam os diversos atores sociais como sociedade civil, poder público e privado, para debater as dinâmicas territoriais específicas. Junto a essa inspiração estava também o respaldo da Diretoria do Comitê, pautada em experiências profissionais e acadêmicas de que gerir por microbacias hidrográficas e por meio de subcomitês seria mais democrático, participativo e eficaz (CBH VELHAS, 2021, p. 52).

A partir deste entendimento o CBH Velhas foi o primeiro comitê brasileiro a instalar subcomitês em sua estrutura. Desta forma, a Agência Nacional de Águas – ANA (2020) pontua que a opção por formação de subcomitês de bacia hidrográfica serve para dar maior capilaridade, fortalecer a mobilização e estreitar a relação dos comitês com as problemáticas e pressões ambientais locais relacionadas aos recursos hídricos. Contudo, delimita o papel de cada um: o comitê tem poder deliberativo sobre a gestão da água e é criado por meio de decreto do poder executivo, enquanto o subcomitê pode ser apenas consultivo e é criado no âmbito da estrutura de funcionamento do comitê de bacia.

Por definição da ANA (2020), os subcomitês são grupos consultivos e propositivos com atuação nas sub bacias hidrográficas da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, podendo ser consultados quanto a conflitos referentes ao uso dos recursos hídricos e devendo informar sobre conflitos hídricos e ambientais constatados em sua área de atuação, ao CBH Velhas e aos órgãos e entidades ambientais competentes. Esses subcomitês desempenham o papel relevante de articular os atores locais quanto as questões socioambientais e educacionais, com esta estratégia, sua atuação possibilita um maior intercâmbio de informações e enriquece os debates na plenária do CBH Velhas ao levantar temas diversos para reflexão da tomada de decisão. Enquanto linhas de atuação, está dentro de seu escopo atividades como o desenvolvimento de educação ambiental, mobilização social, formação de banco de dados, levantamento de informações e realização de expedições nos corpos d’águas.

Sobre o método de trabalho exercido pela equipe de mobilização social do CBH Velhas, foi mantido o texto de seu livro mais recente na íntegra, “Uma história da gestão participativa das águas: o destino dos peixes prenuncia o nosso” de 2021:

Quadro 1: Ações de Comunicação, Educação Ambiental e Mobilização Social

Ações de Comunicação, Educação Ambiental e Mobilização Social
<p>As ações de comunicação, educação ambiental e mobilização social têm garantido, inclusive nacionalmente, o protagonismo do CBH Rio das Velhas - um destaque entre diversos outros comitês do país na difusão de conhecimentos, sensibilização e incentivo às comunidades para a preservação e conservação do meio ambiente, possibilitando ainda a troca de conhecimentos e experiências entre os mais diversos agentes da bacia e uma maior capilaridade das ações do Comitê nas sub-bacias hidrográficas.</p> <p>Cabe à comunicação institucional manter um fluxo continuado de informações, dentro ou fora dos limites da bacia, com divulgação das iniciativas promovidas ou apoiadas pelo Comitê, seja através de releases enviados para a mídia regional e nacional (assessoria de imprensa), ou por meio de notícias publicadas no site institucional, nos boletins, na revista oficial e nas redes sociais, garantindo a transparência da entidade e de suas realizações junto à opinião pública, possibilitando a socialização do conhecimento sobre a bacia em espectro mais amplo.</p> <p>O trabalho de mobilização social do CBH Rio das Velhas tem sido igualmente relevante. É por meio dele que ocorre a organização e participação dos diversos segmentos nas decisões e na defesa dos interesses em prol da bacia, fortalecendo, assim, a construção dos planos, estratégias e ações para a boa gestão dos recursos hídricos. Como processo fundamental de implementação das políticas públicas, a mobilização social pressupõe caminhos construídos de forma coletiva, compartilhando, assim, direitos e responsabilidades. É por intermédio da equipe de mobilização que o Comitê desenvolve o trabalho de educação ambiental, garantindo a ampliação da conscientização das comunidades para a preservação e conservação do meio ambiente, a troca de conhecimentos, as experiências e a integração dos diversos atores que atuam na bacia.</p> <p>No cenário atual de escassez hídrica, o CBH Velhas parte do pressuposto de que só por meio da construção coletiva pode haver uma mudança efetiva na gestão dos recursos hídricos. Para o diálogo entre os envolvidos (empresas, estado, usuários de água, movimentos sociais), a sua equipe de mobilização promove ou apoia seminários, palestras, encontros, reuniões e visitas de campo a fim de conscientizar, ensinar e discutir maneiras de reverter o cenário de escassez e promover a quantidade e qualidade da água.</p> <p>O trabalho inclui ainda a organização, apoio e acompanhamento dos subcomitês; a mobilização relacionada ao Plano Diretor; a capacitação continuada para os membros do Comitê; e atividades de geoprocessamento, que consiste no tratamento e uso de informações geográficas e de dados georreferenciados para integrar informações diversas, tais como vegetação, clima, percurso de rios, localização de nascentes, vazões, questões de saneamento básico, entre outras.</p> <p>Dentre as muitas iniciativas de educação ambiental e mobilização social ao longo dos últimos dez anos, vale destacar dois projetos: o Projeto do Rio das Velhas 2, ainda em execução com ações também na área</p>

de comunicação social; e o Projeto Estação Ecológica de Fechos, em Nova Lima, já totalmente concluído, voltado para a valorização hídrica.

Fonte: CBH VELHAS (Minas Gerais). **Uma história da gestão participativa das águas:** o destino dos peixes prenuncia o nosso. Salvador Ba: Gato Preto, 2021, p.137-138.

A escolha por inserir este texto na íntegra se dá pelo fato de nele conter a inquietação que originou esta pesquisa: como promover uma gestão participativa efetiva? Embora concordemos com a afirmativa do CBH Velhas (2021, p. 43) que “não se pode negar que os comitês trazem como novidade a possibilidade de participação popular nos debates sobre a gestão dos recursos hídricos”, convenhamos que todo processo de dinâmica social precisa de mensuração, monitoramento, avaliação e controle. Consideramos a grande diversidade cultural compreendida dentro do estado de Minas Gerais, ao longo de quilômetros da extensão da bacia hidrográfica, bem como as variáveis do comportamento humano que não opera de forma linear e padronizada, qual mecanismo tem sido utilizado pelos comitês e subcomitês para identificar o tamanho do impacto que o isolamento social ocasionado pela pandemia surtiu nesses espaços de debate e governança?

Em junho de 2022 foi realizada a reunião dos Subcomitês do Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas “Diálogos Regionais” e, de acordo com a matéria publicada no site oficial do Velhas, os coordenadores dos subcomitês foram ouvidos com o intuito de montar o quebra-cabeça do diagnóstico do Velhas e seus afluentes, considerando esses atores como um bom termômetro da situação da bacia. Diversos pontos foram elucidados como grandes entraves enfrentados em cada unidade territorial, todavia, não foi mencionado na matéria sobre o impacto da desarticulação da participação como um sinal vermelho neste termômetro

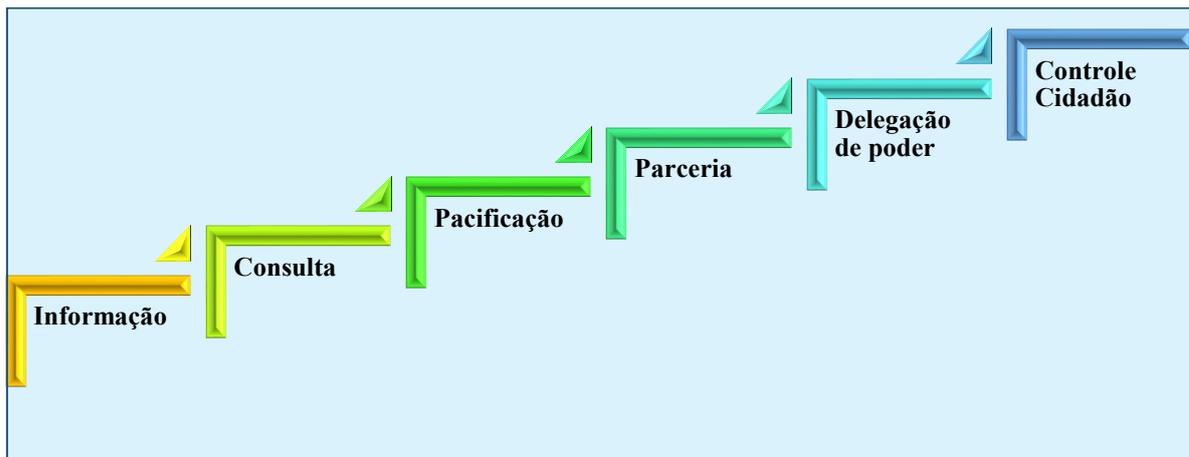
Antes de adentrar ao estudo de caso do subcomitê do Rio Curimataí, destacamos a definição de gestão participativa de acordo com a Agência Nacional de Águas e frisamos a importância do mobilizador social como agente neste processo de participação social.

Por definição da ANA (2020), a gestão participativa ocorre pelo processo de diálogo que procuram incluir todos os setores e grupos que estão envolvidos em uma questão, seja para compartilhar conhecimentos sobre um tema, seja para identificação coletiva de desafios, ou ainda para planejar ações e tomar decisões coletivamente. Para promover a participação social direta há três instrumentos básicos: o plebiscito, que consiste em consulta popular prévia a uma decisão; o referendo, que é a consulta popular para confirmação de uma decisão já tomada; e

as leis de iniciativa popular, que são projetos de lei encaminhados ao legislativo com apoio representativo da população. Em suma, os processos de gestão participativa podem ser fatores importantes para o fortalecimento da democracia e para o reconhecimento e atendimento de demandas da sociedade, diminuindo os desequilíbrios entre diversos setores da sociedade no acesso à informação e na participação da tomada de decisões.

Essa modalidade de gestão está aliada a etapas, uma vez que a participação deve ser entendida como um processo, pois é continuada. Isso não significa que devemos estar o tempo todo envolvidos, mas sim que ela é parte de uma vivência política e social que não se esgota em um evento ou em um objetivo alcançado. Para melhor compressão desse processo continuado, a ANA menciona o modelo sintetizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que elenca os diversos níveis que a participação social é capaz de alcançar (ANA, 2020), conforme mostrado na Figura 3.

Figura 3: Níveis alcançados pela participação social



Fonte: do autor, adaptado de adaptado do conteúdo do curso “Ciclo de Capacitação em Gestão Participativa” do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, a partir de Drummond et al., 2009. 2022.

Em síntese, a informação é fundamental para manter a mobilização de um grupo envolvido em um processo de gestão participativa, o simples fato de um grupo e/ou comunidade conhecer o que acontece a respeito de um tema já é suficiente para que se sintam sujeitos do processo; a consulta ocorre quando se procura conhecer as opiniões ou posições de um grupo ou comunidade a respeito de um tema ou assunto como, por exemplo, as consultas públicas do processo de licenciamento ambiental; a pacificação é o atendimento a demandas específicas ou pontuais de um grupo por uma instituição ou pelo governo, para que esse atendimento seja efetivo, ela pressupõe que a comunidade tenha tido acesso à informação sobre sua situação e

que também tenha havido uma consulta para identificar suas demandas; a parceria é uma forma de participação mais complexa que a pacificação, em que um grupo conhece seus desafios e necessidades, informa, identifica e expõe suas prioridades e demandas, planejando e executando, em parceria com o governo ou instituições de fomento, as atividades de interesse.

Assim, no processo participativo com distribuição de responsabilidades e atribuições o grupo e/ou comunidade interessada assume parte do trabalho ou das tarefas a serem realizadas; o penúltimo nível é a delegação de poder, nessa situação, o grupo se organiza de forma a receber do governo ou instituição de fomento todas as responsabilidades e atribuições para realizar uma atividade de interesse, um projeto, a solução de um problema, a manutenção de recurso etc. pressupondo muita mobilização e organização do grupo; por fim, o último nível de participação é o controle social, ou seja, a atuação direta da sociedade em todas as áreas de interesse coletivo, com grande transparência e acesso à informação, debates e espaços para opiniões e contribuições. Esse controle cidadão pressupõe grande mobilização de todos os setores da sociedade, participação direta na elaboração das políticas públicas e possibilidade de atuação direta ou, pelo menos, acompanhamento próximo da maioria das ações e projetos públicos e coletivos.

3.1 TIPO IDEAL DA MOBILIZAÇÃO

Segundo Toro A. e Werneck (1997), a mobilização social ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando cotidianamente resultados decididos e desejados por todos. Participar ou não de um processo de mobilização social é um ato de escolha, por isso NÃO se diz convocar, porque a participação é um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é uma decisão individual, essa decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e como capazes de provocar e construir mudanças.

Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados cotidianamente (TORO A; WERNECK. 1997. p. 5).

Mesmo sendo um processo de construção contínuo, ao mobilizar os agentes para participar de mudanças coletivas, identificamos os objetivos e metas alcançáveis. Esse processo necessita ser acompanhado de perto, com a expertise de promover adaptações imediatas para garantir que todos os agentes, ou pelo menos a maioria deles, sejam contemplados pelos espaços participativos, como reuniões e debates consultivos. E é nesta lacuna que a figura do mobilizador precisa se fazer presente, ele é o elo entre os atores sociais e a causa da qual lutam por transformações. No caso do subcomitê, entre os conselheiros e a gestão consultiva dos recursos hídricos, o grande desafio está em disseminar o ideal de que, se dedicar ao bem comum além de ser um direito é um dever do cidadão previsto na constituição, é disseminar que é um trabalho voluntário, mas que pode ser uma vitrine de prestígio social e profissional. “Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados” (TORO A.; WERNECK, 1997, p. 5).

Diante dos pressupostos levantados, é possível dizer que o ofício de um mobilizador social de subcomitê não é simples, é preciso desenvolver um método capaz de estimular as paixões, vaidades e ideias em um grupo diversificado. Nesta perspectiva, aliada à observação participante no Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí entre 2019 e 2022, surge a hipótese de que há um tipo ideal de mobilizador social. Para sustentar essa hipótese, acionamos os conceitos clássicos de Max Weber, tipo ideal e dominação carismática.

Um conceito ideal é normalmente uma simplificação e generalização da realidade. Partindo desse modelo, é possível analisar diversos fatos como desvios do ideal: Tais construções (...) permitem-nos ver se, em traços particulares ou em seu caráter total, os fenômenos se aproximam de uma de nossas construções, determinar o grau de aproximação do fenômeno histórico e o tipo construído teoricamente. Sob esse aspecto, a construção é simplesmente um recurso técnico que facilita uma disposição e terminologia mais lúcidas (WEBER, apud BARBOSA; QUINTANEIRO, 2002, p. 113).

Ou seja, o tipo ideal é um método de análise genérica e comparativa de comportamento do sujeito, a partir de uma construção mental do pesquisador, o qual enfatizará aspectos que deseja estudar daquele dado objeto de estudo. Por ser fruto de seleção de aspectos individualizados e enfatizados os tipos serão “ideais”, sendo assim, não reproduzem a realidade tal como ela é em si mesma (BODART, 2010).

Já o conceito de dominação carismática desenvolvido por Max Weber, segundo Bianca Wild (2013) está na autoridade que é suportada, graças à devoção afetiva por parte dos dominados, se trata das “crenças” transmitidas por profetas sobre o “reconhecimento” que

pessoalmente alcançam os heróis e os demagogos, pode ser observada nas tribunas, convertendo a fé e o reconhecimento em deveres invioláveis que lhes são devidos pelos governados. A obediência a uma pessoa se dá devido às suas qualidades pessoais, não apresenta nenhum procedimento ordenado para a nomeação e substituição. Weber coloca que a forma mais pura de dominação carismática é o caráter autoritário e imperativo, ele classifica a dominação carismática como sendo instável, pois nada há que assegure a perpetuidade da devoção afetiva ao dominador, por parte dos dominados.

Portanto, mediante ao exposto podemos concluir que o tipo ideal do mobilizador social do Subcomitê de Bacia Hidrográfica, seria imbuído das seguintes características: detentor de conhecimento técnico sobre meio ambiente, recursos hídricos e estrutura organizacional do comitê; disposto a explorar a UTE por mapas e documentos de ações já executadas pelo subcomitê; bom ouvinte, capaz de identificar e acolher a demanda do grupo para execução das ações; traquejo social, capaz de identificar as lideranças e seus potenciais para trabalho conjunto; envolvente, capaz de estimular os conselheiros mais inseguros a se apropriarem do espaço de debate, os fazer sentir sujeitos do processo; detentor de comunicação fluída, simples, acessível e constante. Por fim, como todo profissional de grande prestígio social, é preciso ter um discurso alinhado ao propósito, cordial, perspicaz, propositivo e firme, para convencer sobre ideais é preciso gana “brilho nos olhos”.

4 ESTUDO DE CASO: A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NO PROJETO HIDROAMBIENTAL

De acordo com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (2015), o aumento significativo da mobilização social através dos subcomitês de bacias hidrográficas tem apresentado resultados significativamente positivos na gestão e preservação dos recursos hídricos. No plano de metas do documento mencionado em seu eixo VII prevê a educação ambiental, comunicação e mobilização social objetivando empreender essas iniciativas conforme diretrizes estabelecidas pelo CBH Rio das Velhas, uma vez que,

a bacia conta com um histórico de participação social e mobilização social voltado para a conservação de recursos hídricos que precisa ser valorizado e ampliado. Ações de conservação de recursos hídricos e ambientais de maneira geral nem sempre são compreendidas e apoiadas por falta de uma educação ambiental eficiente, contínua e abrangente na bacia. O fortalecimento social e institucional do CBH Rio das Velhas

depende de um contínuo processo de mobilização social e de uma comunicação transparente e contínua com a sociedade da bacia (CBH VELHAS, 2015, p. 95).

O Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí nasceu em 2006, pouco depois do decreto de criação do Parque Estadual da Serra do Cabral em setembro de 2005. Como toda implantação de Unidade de Conservação gera conflitos socioambientais, o subcomitê emergiu dessa demanda social pelo conflito de interesses voltados para as atividades econômicas ligadas a Serra do Cabral e aos impactos ambientais. Um dos conselheiros pioneiros, Hermes Carneiro, relata que desde o início da luta ambiental na região a partir de 1999 até os primeiros anos de criação do subcomitê, o primeiro grupo de conselheiros compartilhavam o interesse comum de proteção das águas, principalmente proteção das nascentes, nessa altura já se percebia a diminuição do volume das águas dos principais rios de abastecimento das zonas rurais. Esses debates se tornavam projetos de intervenções com resultados exitosos, em algum dado momento dessa história, houve uma ruptura dessa participação, da qual ele não soube evidenciar as causas.

A reestruturação de um conselho atuante se deu por volta de 2014, desenvolvendo ações que atendiam às recomendações apontadas pelos conselheiros, dentre elas: a parceria findada no ano de 2015 entre o subcomitê em questão, com o Instituto Estadual de Florestas – IEF/MG, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, o Projeto Manuelzão – UFMG, a Vallourec, a RC Flor – EcoAgrícola, a Copasa e as prefeituras municipais dos municípios pertencentes a sub bacia do Rio Curimataí, para a realização da Expedição Hídrica do Parque Estadual Serra do Cabral, encaminhamento advindo do Primeiro Seminário dos SCBH-Guaicuí e SCBH-Curimataí, abordando o tema “Águas da Serra do Cabral” realizado em Várzea da Palma - MG em 2015. O principal objetivo desta expedição foi identificar as principais nascentes e corpos hídricos da bacia do Rio Curimataí e dos córregos e ribeirões afluentes do Rio das Velhas, situados nos municípios mineiros de Joaquim Felício, Buenópolis e Augusto de Lima, diagnosticando o grau de preservação ou degradação dos mesmos, gerando informações, planejamentos e ações pontuais e difusas, cabíveis à cada situação encontrada (MINAS GERAIS, 2015).

Para a realização desta integração entre os três municípios que compõem o SCBH do rio Curimataí, em 2016, ficou a cargo das equipes de comunicação do CBH Velhas apoiar a realização da mobilização social, com um evento de abertura com a presença das principais autoridades locais e pessoas envolvidas na preservação da Serra do Cabral. Além de

apresentações culturais das escolas e entidades locais, e do programa de educação ambiental com a equipe do Ônibus do Projeto Manuelzão nos três municípios envolvidos, por fim um evento de encerramento da expedição com apresentação de dados preliminares obtidos na empreitada.

Em 2017 a UTE do Rio Curimataí por meio do Ato Convocatório nº 003/2016 – Contrato de Gestão IGAM nº 002/2012, foi contemplada com o projeto Hidroambiental, o qual abrangeu os municípios mineiros de Buenópolis, Augusto de Lima e Joaquim Felício, sendo uma iniciativa do subcomitê do Rio Curimataí executado pela empresa Inovesa com apoio técnico da Agência Peixe Vivo. O objetivo deste foi promover a recuperação ambiental em microbacias da UTE Rio Curimataí, através da execução de obras hidroambientais (CBH Velhas, 2016).

Nessa perspectiva, o CBH Velhas define esses projetos hidroambientais por:

intervenções físicas pontuais em áreas específicas ao longo da bacia do Rio das Velhas, especialmente suas nascentes. São projetos que têm um valor fundamental para a mobilização das comunidades nas regiões dos subcomitês do CBH Rio das Velhas, criando um processo contínuo de conscientização e educação ambiental, com forte repercussão social no entorno das regiões beneficiadas. Além da recuperação Hidroambiental em si, decorrente das intervenções físicas, o trabalho do CBH Rio das Velhas compreende estudos, diagnósticos, elaboração de planos de ações com foco em áreas degradadas, análises técnicas de impactos e execução de planos de manejo em zonas de preservação ambiental, dentre outras realizações que contribuem para o bom aproveitamento e potencialização dos serviços executados (CBH VELHAS, 2021, p.130).

No projeto executado no SCBH do Rio Curimataí foram combinadas diferentes técnicas conservacionistas para alcançar este objetivo, como: a topografia, as paliçadas, o plantio de mudas, valetas de proteção, plantio e cercamento de mudas. Foram construídas 925 barraginhas, com objetivo de auxiliar na infiltração de água no solo, abastecimento do lençol freático, evitar erosões e preservar as estradas vicinais e foram implantados 8.575,85 metros de terraços em nível, com o objetivo de impedir processos erosivos no solo, reduzir o escoamento de águas superficiais e auxiliar na infiltração de água no solo, abastecendo o lençol freático (INOVESA, 2019).

Projetos de intervenção deste porte em regiões interioranas ainda são motivos de desconfiança para os comunitários, como foi comprovado empiricamente em campo, neste caso em questão, houve resistências as quais foram solucionadas com o desenvolvimento de mobilização social, com a educação ambiental e com o desenvolvimento das intervenções.

Em 26 de abril de 2019, data de entrega do seminário final deste projeto Hidroambiental, foi possível apreender através dos relatos dos comunitários, que num primeiro momento não queriam "buracos" em seus terrenos. Mas em pouco tempo puderam observar uma significativa melhora na produção feita às margens dos terraços, as barraginhas (bacias de contenção em estradas vicinais) combinadas com as outras técnicas, como paliçadas, recomposição vegetal, cercamento em áreas de preservação permanente, além de revitalizar o rio ainda foram benéficas para a dessedentação animal. Portanto, apesar de algumas barraginhas terem assoreado com as chuvas (a contrapartida dos beneficiários era a manutenção destas) foi possível concluir neste seminário que o projeto foi um sucesso, as temidas barraginhas foram reconhecidas pelos comunitários como uma alternativa eficaz.

Dito isso, é possível afirmarmos que uma boa combinação de técnica de práticas conservacionistas bem executadas e com a participação ativa dos envolvidos, traz sim ótimos resultados e muda toda uma realidade. Para tal feito, foi desenvolvido um trabalho de mobilização social, educação ambiental e capacitação, realizado junto aos beneficiários do projeto, no intuito de divulgar a importância das intervenções realizadas e disseminar técnicas e práticas de recuperação e conservação ambiental, bem como de manutenção das estruturas implantadas, além de permitir o acompanhamento dos trabalhos a serem executados.

A Comunicação Social foi uma ferramenta de instrução e integração essencial em todas as etapas de execução do projeto Hidroambiental. Esta, auxiliou na transmissão do objetivo do projeto, na divulgação das ações propostas, mobilização da comunidade. Além disso, proporcionou uma maior adesão da população local às intervenções propostas, através da participação e envolvimento com o projeto. Foram realizadas ações de divulgação do projeto junto à população envolvida, através de atividades de sensibilização e educação socioambiental nas comunidades existentes, por meio da distribuição de cartilhas que apresentam o projeto, principalmente, a importância de sua execução e benefícios para a bacia do Rio das Velhas. Soma-se isso, a distribuição de convites e cartazes a fim de divulgar os eventos de mobilização social e afixação do banner, contendo os dados gerais do projeto Hidroambiental, em todos os eventos (INOVESA, 2019).

De acordo com o relatório técnico da mobilização social deste projeto (INOVESA, 2019), o seminário final contou com um público de 55 participantes, dentre eles moradores das comunidades beneficiadas pelo projeto hidroambiental dos municípios de Augusto de Lima, Buenópolis e Joaquim Felício. Estiveram presentes ainda a equipe técnica da empresa fiscalizadora Cobrape, equipe de comunicação e de mobilização social do CBH Rio das Velhas, equipe técnica da empresa Inovesa Soluções em Engenharia Ambiental, lideranças locais, beneficiários diretos e indiretos do projeto hidroambiental e os conselheiros do SCBH Rio Curimataí.

Figura 4: Seminário final do projeto hidroambiental



Fonte: CBH Velhas, 2021, p.199.

Contudo, é possível observar através da análise dos projetos aqui apresentados que as intervenções e obras efetivas na sub bacia do Rio Curimataí foram, sobretudo, uma estratégia de mobilização das comunidades rurais visando a melhoria da qualidade e quantidade do abastecimento de água.

4.1 A GESTÃO 2019-2021

Em 26 de abril de 2019, no seminário final do projeto hidroambiental, foi anunciada que a eleição para composição de uma gestão seria no mês seguinte, com o sucesso dos resultados apresentados no seminário o trabalho de mobilização do CBH Velhas gerou uma composição com membros engajados nas questões ambientais da região com representantes dos três municípios envolvidos, com coordenações para as três frentes previstas nos subcomitês, poder público, sociedade civil organizada e usuários de água.

Figura 5: Conselheiros eleitos para a Gestão 2019-2021 do SCBH do Rio Curimataí



Fonte: Arquivo pessoal da própria autora.

As reuniões mensais subsequentes contaram com um quórum representativo que debateu as possibilidades de desenvolver novos projetos. Em outubro, a coordenação geral, na gestão do Hugo Azevedo Lana Filho (*In memoriam, 1962-2020*), em parceria com a conselheira Tamires Clei Nunes, autora dessa pesquisa, propuseram um plano de ação para 2020 com o objetivo geral de promover uma gestão integrada dos recursos hídricos envolvendo todos os setores da sociedade, além de revisar e atualizar o protocolo de nascentes desenvolvido pela expedição hídrica anteriormente mencionada, visto que já haviam se passado cinco anos de sua realização, para promover a recuperação e recomposição vegetal de nascentes e estabelecer um diálogo com o Comitê de bacia hidrográfica dos rios Jequitaí e Pacuí, afluentes do rio São Francisco, que detém o domínio de grande parte da extensão territorial dos municípios de Joaquim Felício e Buenópolis.

Mais uma vez o grupo se mostrou atento e propositivo, todas as estratégias elaboradas pela dupla foram amplamente debatidas por todos os presentes que expuseram as mais diversas visões acerca do plano, o então mobilizador social do CBH Velhas, que acompanhava este subcomitê realizou uma excelente mediação e ao final da participação social e de consenso democrático foi firmado o compromisso de realizar o plano. Em janeiro de 2020, um dos objetivos foi atingido pelo então coordenador geral que conseguiu promover o diálogo com o CBH dos rios Jequitaí e Pacuí, através do vice-presidente o José Valter, que se mostrou solícito

em realizar intercâmbios de saberes. Os outros dois objetivos de recuperação e preservação de nascentes com a revisão da Expedição ficaram em vias de serem desenvolvidos em parceria com a Associação Regional de Proteção Ambiental – ARPA do município de Buenópolis-MG.

Em seguida, em fevereiro de 2020, foi realizada a primeira reunião do ano do SCBH do Rio Curimataí, no município de Joaquim Felício, da qual o então coordenador geral, reapresentou os objetivos do plano de ação de 2020 e foi firmado o compromisso de seguir o cronograma de ações. O cronograma de ação está mostrado no Quadro 2:

Quadro 2: Cronograma 2020 elaborado pela coordenação do SCBH Rio Curimataí

Plano de Ação 1º semestre de 2020
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Março: 2ª Reunião em Buenópolis – apresentação do projeto de recuperação de pastagens, com participação da câmara técnica do CBH juntamente com Agência Peixe Vivo; ▪ Encaminhamento de ofício para Copasa para averiguar permanência no subcomitê; ▪ Apresentação do histórico do cercamento de nascentes no Pé de Serra; ▪ Acionar o CODEMA dos municípios pertencentes ao subcomitê Curimataí para apurar os impactos ambientais causados pelas empresas privadas da região (mineração, eucalipto, café e soja); ▪ Solicitar estudo para classificação das águas e verificar possível alteração para enquadramento vigente; ▪ Participação na Semana do Rio das velhas; ▪ Participação no simpósio SBSF; ▪ Intercâmbio entre subcomitês Curimataí e Guaicuí, os resultados deverão ser apresentados no encontro anual de subcomitês; ▪ Proposta de Educação ambiental na comunidade do Milho Verde, município de Augusto de Lima.

Fonte: Acervo pessoal da própria autora.

O que não estava prevista no planejamento anual era o advento de uma pandemia mundial causada pela covid-19. No início de março de 2020 foi decretado isolamento social, qualquer tipo de aglomeração de pessoas estava proibido, conseqüentemente a 2ª reunião não ocorreu e as atividades previstas foram adiadas até segunda ordem.

Com um cenário de medos e incertezas na saúde pública, foi inevitável que a desarticulação do grupo acontecesse, o subcomitê viveu meses de silêncio sobre a continuidade das ações, até que em 15 de maio de 2020 o silêncio se rompeu pela repentina notícia do falecimento do coordenador geral, o saudoso companheiro Hugo Lana, deixou seu legado marcado na história da reestruturação do subcomitê do Rio Curimataí. Sua figura carismática e ativa fez-se perceptível que o engajamento pessoal de lideranças em subcomitês de bacia são o diferencial para influenciar toda a cadeia social, colocando em voga um dos pilares da

mobilização social, qual?, uma vez que processos democráticos e participativos como este foram uma luta que ele assumiu durante sua vida dedicada ao ativismo ambiental.

Em meio ao cenário de isolamento, onde as reuniões estavam suspensas, a perda do líder foi o segundo grande abalo para a articulação do grupo, foi necessário um rearranjo interno da coordenação. O Hugo Lana, era o coordenador da sociedade civil e coordenador geral, assim o mobilizador social Élio Domingos, sugeriu que a coordenação da sociedade civil ficasse a cargo da conselheira Tamires Nunes, autointitulada secretária do Hugo Lana, e a coordenação geral fosse assumida pela segunda chapa mais voltada na eleição do conselho, ficando a cargo da coordenadora do poder público, a Mariângela Brita. O rearranjo foi aprovado em reunião on-line.

A partir do segundo semestre de 2020, o CBH Velhas deliberou que as reuniões dos subcomitês, junto à equipe de mobilização social, poderiam ocorrer de forma remota, a alternativa funcionou bem para alguns subcomitês que se têm notícias através da própria equipe de mobilização. Entretanto, na realidade social do SCBH do Rio Curimataí essa modalidade não obteve aderência, uma vez que a maioria dos conselheiros não tinha habilidades de manuseios com as Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, como plataformas digitais de videoconferência e os conselheiros residentes nas zonas rurais não tinham acesso à internet, ou o acesso era precário para conseguir participar ativamente.

Apesar do embargo na participação de todos os envolvidos, a coordenação da sociedade civil percebeu uma possibilidade mínima de ação contando com a parceria do CBH Velhas. Ocorre que no município de Buenópolis há um espaço de lazer público, o Parque do Riachão que, não por acaso, carrega o nome do principal rio da cidade, o Riachão. Esse espaço de domínio público, passou anos com uma imagem de abandono, até que no fim de 2019 e ao longo de 2020 um cidadão buenopolense, lutou pela concessão do espaço e iniciou a revitalização e manutenção do espaço. Em poucos meses, a comunidade buenopolense se organizou em um grupo voluntariado autointitulado “Cuidadores do Riachão” e, juntos, promoveram uma verdadeira transformação no paisagismo do local, realizaram coleta de resíduos sólidos, poda das árvores, combateram as plantas infestantes, manejaram as pedras do rio, realizaram plantio de flores, implantes de árvores e coqueiros doados por moradores da cidade, construíram mesas, bancos e pontes. Esse conjunto de ações fez com que as águas aumentassem seu volume, sua correnteza e transformaram o parque em um cartão postal municipal, exemplo de boas práticas socioambientais.

Neste contexto, a coordenação da sociedade civil do SCBH do Rio Curimataí, solicitou ao mobilizador social que verificasse qual tipo de apoio o Comitê poderia disponibilizar para apoiar a revitalização do Riachão, eis que ele expôs a possibilidade de doação de mudas de plantas de reflorestamento de mata ciliar, a ideia foi aceita pelos Cuidadores do Riachão.

Assim, a coordenadora Tamires Nunes, propôs aos conselheiros um dia de ação em campo para apoio no projeto de revitalização do Riachão no município de Buenópolis, juntamente com os Cuidadores do Riachão, projeto liderado pelo casal Gilberto e Vera em parceria com Marina Pimenta, se dedicaram ao longo de 2020 em prol da limpeza da área, infraestrutura estética, plantio de árvores, manejo nos cursos d'água e conservação em geral desta importante área de lazer do município. Dessa forma, o próximo passo foi solicitar formalmente as mudas ao CBH, verificar um meio de transportá-las e, mais importante, mobilizar os conselheiros e voluntários da sociedade em geral para a efetivação dessa ação. O mutirão de plantio ocorreu em dezembro de 2020 e contou com o apoio de membros da ARPA.

Toda essa articulação, em prol do Riachão, partindo do SCBH do Curimataí para o CBH Velhas, despertou o interesse da equipe de comunicação da Revista Velhas, e o resultado foi a produção de uma matéria exclusiva publicada na edição de nº 13 da revista, em que as lideranças representativas do subcomitê, dos Cuidadores e da Arpa concederam a entrevista que foi disponibilizada na versão impressa da revista e por vídeo, no canal do youtube.

Foto 6: Matéria publicada sobre o Riachão





"Cuidadores do Riachão" promoveram uma ação de melhoria ambiental e paisagística no espaço.

O quarto voluntário que se juntou aos "Cuidadores do Riachão" foi Edinho Salomé. O pedreiro, que é um apaixonado pelo rio, foi ao local para uma espécie de "consultoria" para um serviço que estava sendo feito e não deixou mais o lugar. Seu abraço no Riachão foi tão forte que boa parte do trabalho feito até então aconteceu graças à dedicação do Edinho.

Os resultados foram aparecendo aos olhos de toda cidade. A partir daí não foi muito difícil que surgissem novos apoiadores. As pessoas começaram a doar o que podiam, como sacos de cimento, areia, enxada, platinhas decorativas, plantas e mão de obra. Um movimento espontâneo que uniu a comunidade, com apoio do poder público e do CBH Rio das Velhas.

O encontro do Comitê com a ação de revitalização aconteceu por Tamires Nunes, atual coordenadora pela sociedade civil do Subcomitê Rio Curimatá. Tamires decidiu procurar Marina para oferecer o apoio do CBH Rio das Velhas. Assim, articulou-se a doação de mudas de língua vindas do Viveiro Langsdorff – uma iniciativa do Comitê, Subcomitê Rio Taparacá, Agência Peixe Vivo e ArcelorMittal Brasil voltada à produção e doação de espécies nativas para toda a bacia. "Pensamos em mudas que fossem recuperadoras de mata ciliar e que conseguissem fazer reflorestamento e tapar o rio. As 40 mudas doadas pelo viveiro chegaram em outubro (2020)", explica Tamires. Com as mudas em mãos, o grupo já foi organizar um mutirão do plantio. De lá para cá, alguns já foram feitos com ajuda da comunidade, inclusive com a ajuda dos jovens.



Vídeo o vídeo sobre os cuidadores do riachão, em Buendópolis
bit.ly/VidCuidadoresRiachao

Mas a colaboração entre o CBH Rio das Velhas e os "Cuidadores do Riachão" não parou por aí. Além das mudas, uma outra ação que está recebendo apoio do Comitê, através do Subcomitê, é a reativação do banheiro público do local. "Eu recebo todos os meses o informativo do Comitê. Recebo também os materiais da Bacia Hidrográfica do Rio Curimatá e Rio São Francisco. Em um encontro com Marina, entreguei alguns exemplares. Nos informativos ela encontrou uma matéria sobre fossas sépticas, sobre biodigestor, e se interessou em procurar uma forma de viabilizar isso para o Riachão. Ela me perguntou: 'com quem que eu posso conversar para fazer isso acontecer no Riachão?'. Eu falei: 'comigo'".

No mesmo dia da entrega das mudas do Viveiro Langsdorff, o engenheiro ambiental Alvanio Junior visitou o local e convite do CBH Rio das Velhas para fazer um diagnóstico e avaliar as possibilidades. "Com ajuda do Alvanio, foi feita a análise e chegamos à conclusão de que um biodigestor seria uma opção melhor para o lugar. A ideia é que essa ação aconteça da melhor forma possível para que o banheiro e o espaço do bar voltem a funcionar de uma forma ecologicamente consciente", conta Tamires.

Outras ações também foram feitas às margens e dentro do próprio Riachão. Os poços de água que estavam tomados pela erosão e pelo mato foram recuperados. Bancos de madeira reaproveitados e pedras foram espalhados pela área.

A preservação das nascentes do Riachão também está sendo pensada. Ele nasce no alto da Serra do Cebrai e grande parte das suas nascentes ficam dentro do Parque Estadual do mesmo nome. O rio é responsável por abastecer as casas das famílias com a água que é retirada pela Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) do alto da serra, o que mostra que a importância do Riachão vai além de um espaço de lazer e turismo dentro da cidade.

Para proteger essas nascentes, ameaçadas pelo fogo e pelo pistoleio do gado que compacta o solo, Irene Rodrigues, que é conselheira do Subcomitê Rio Curimatá e atuante no setor de turismo, agricultura e meio ambiente na região, está desenvolvendo um projeto com a Associação Regional de Preservação Ambiental (ARPA). "Vamos focar prioritariamente nas nascentes do Riachão, esse rio que é de grande importância enquanto curso d'água, que contribui com o Rio Curimatá, que deságua no Rio das Velhas, importantes para nossa comunidade", conta. A ideia da conselheira é somar esforços com entidades públicas e outros parceiros para realizar um estudo de mapeamento das nascentes, levantando o número e as condições em que elas se apresentam atualmente.

A prefeitura de Buendópolis também apoiou a revitalização. Disponibilizou materiais para algumas obras e funcionários que fizeram o trabalho de limpeza da área, roçando e tirando as árvores de ervas daninhas. Nesse trabalho, nenhuma árvore foi retirada. "O turismo em Buendópolis acontece principalmente por água. As cachoeiras e os rios são os atrativos mais procurados. O Riachão é uma área pública e completa de lazer não só para os buendopolenses, como também para os turistas", conta Ana Lúcia Pereira Araújo, secretária municipal de Cultura, Turismo, Lazer, Esporte e Meio Ambiente.

O mesmo rio que abastece e cidade e que proporciona lazer para as famílias também é o rio que ajuda a economia e mantém a cultura ancestral de Buendópolis. As lavadeiras são presenças cotidianas com seus baldes, lençóis e taboas às margens do Riachão. Prática que é passada de geração para geração, costuma mantido pelas mulheres da cidade. É com a água limpa do rio que elas ajudam no sustento da família.

Filha de lavadeira que ficou viva com três filhos pequenos para criar, a professora Simone de Fátima Primo sabe da importância da profissão para o município. "São muitas as gerações de mulheres guerreiras que criaram famílias inteiras com essa sofrida função. As lavadeiras são um bem material de Buendópolis e é fundamental resgatar e valorizar essa história que envolve saberes", conta Simone.

Aos poucos, as obras do Riachão vão ficando prontas e, a cada dia, novos colaboradores chegam para ajudar. Fazer parte da revitalização desse espaço de Buendópolis e ver ele se transformar é motivo de orgulho para Tamires. "Somos privilegiados em ter dentro da cidade água para nos refrescar. O Riachão é pano de fundo das infâncias de Buendópolis, atravessando as gerações. A maioria da minha família já tem 90 anos e coleciona histórias que aconteceram lá, o mesmo acontece com minha mãe, comigo e com minha irmã. A cada dia que a beleza de lá aumenta, seja nas placas afetadas, nas águas aumentando, nas flores florindo e colorindo, nas pontas de madeiras ficando prontas, no caminho de pedras, nas árvores nascendo, mais o sentimento de pertencimento tem sido travado em nossos peitos. É a prova de que o amor por uma causa provoca mudanças rápidas, em seis meses já era possível uma surpresa do antes e depois. Os cuidadores do Riachão são pessoas necessárias para a cidade. É o desejo de que eles jamais desistam desse sonho", completa.

De lugar abandonado, o Riachão agora é motivo de disputa aos domingos. Disputa amigável de uma população que está transformando não só um espaço público, mas sua relação de pertencimento com a cidade onde vivem.



Uma das coordenadoras do Subcomitê Rio Curimatá, Tamires Nunes articulou doação de mudas de língua para o espaço.

Fonte: Revista Velhas, ed. XXIII, abril de 2021.

No fim do ano, mais um impacto para o grupo, o mobilizador social que acompanhou os trabalhos por quase cinco anos, anunciou que havia conseguido uma nova oportunidade de trabalho fora do CBH Velhas. Todo o grupo sentiu muito essa quebra de vínculo, pois este mobilizador era validado pelo grupo como sendo o tipo ideal, um líder carismático, um idealista que motivava e direcionava os anseios dos conselheiros, sempre atento a realizar a mediação dos conflitos internos e porta voz das demandas locais no Comitê e na Agência Peixe Vivo.

Em fevereiro de 2021 foi apresentada a nova mobilizadora social, que ficou poucos meses nesta função, mas, em sua rápida passagem, fez apenas uma reunião com alguns membros e a grande questão era a respeito da articulação local para realização de uma nova eleição. Pouco tempo depois, ela foi substituída por uma nova mobilizadora, por questões internas do comitê. Para a nova mobilizadora a demanda da vez era sobre a parceria com a ARPA para realização do Estudo de Qualidade das águas do Rio das Pedras, afluente do Riachão. Logo em seguida, a nova demanda partiu da gestão do Parque Nacional das Sempre Vivas, solicitando auxílio na sensibilização quanto às queimadas anuais que ocorrem na região. Diante dessas três grandes demandas que a nova mobilizadora ficou imbuída, articulação para nova eleição, estudo de IQA, e sensibilização para as queimadas, nenhuma foi atendida, desmotivando assim a única coordenadora que estava lutando pela continuidade das ações.

Dentre as ações exitosas promovidas pelo SCBH em 2021, destacamos: a participação no diagnóstico de nascentes do Riachão protagonizada pela ARPA, o recebimento e distribuição de mais de oitenta mudas doadas pelo Viveiro Langsdorff e a concessão de mais uma entrevista sobre a parceria no plantio das mudas às margens do Riachão, dessa vez em formato de podcast, contando com a participação da então secretária de meio ambiente de Buenópolis, que frisou as iniciativas da prefeitura para colaborar na revitalização do Riachão. Por fim, em junho de 2021, atendendo à demanda do Estudo de IQA das águas do Rio das Pedras, a equipe de mobilização do Velhas realizou a coleta de amostras em quatorze pontos mapeadas pela ARPA, sendo pontos focais da investigação. Esse trabalho resultou num relatório técnico emitido pelo CBH Velhas, alimentando o banco de dados da ARPA para proposição de ações de conservação dos recursos hídricos.

O imbróglio com as tentativas de encontrar uma mobilização social que atendesse às demandas do conselho se arrastou por meses, com muita insistência da coordenação interina, mais uma vez houve substituição da coordenação para uma nova mobilizadora, que colaborou na articulação de novos atores sociais simpatizantes com a causa ambiental para compor uma nova gestão e conseguiu proporcionar que a assembleia para votação da nova coordenação acontecesse presencialmente, contando com a presença do coordenador da equipe de mobilização, o médico e professor universitário Francisco Rubió. Com esse esforço coletivo foi possível formar um grupo um pouco mais heterogêneo, que possibilitou a participação de novos conselheiros a fim de alavancar novamente as ações socioambientais inerentes ao território comum.

A observação participante aqui apresentada aconteceu no período de abril de 2019 a dezembro de 2021, período em que a autora desta pesquisa esteve fortemente ligada a este conselho, decidiu por não entrar no mérito de analisar a atuação do SCBH em 2022, por estar distante das reuniões e da participação ativa.

5 CONSIDERAÇÕES

O relato de experiência, objeto de análise desse estudo, denota o poder que uma mobilização social efetiva tem de promover uma governança fluída em um grupo tão heterogêneo quanto o Subcomitê de Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí, que compreende três municípios limítrofes: colocar os municípios. A mediação e o engajamento giram em torno de

um único objetivo em comum: a recuperação e preservação dos recursos hídricos e ambientais da bacia do Rio Curimataí. Isso sempre foi reforçado nas reuniões do grupo, em que eram levantados os problemas da região em consonância com o debate de ideias propositivas para encontrar as melhores soluções dentro das possibilidades e realidade local.

Neste suscinto memorial, que revisitou atas de reuniões e relatórios de projetos, em um curto período de quatro anos (2015 a 2019) é perceptível como a participação social, em uma gestão participativa e horizontalizada, gera a incansável tentativa para o aprimoramento dos instrumentos para melhor gestão dos recursos hídricos. Nas primeiras ações apresentadas lançaram-se mão da educação e sensibilização ambiental com o aporte da comunicação e da transparência relativas às informações ambientais.

No entanto, após três grandes eventos que impactaram a articulação do conselheiro, é possível aprender o quanto é tênue a linha traçada pela participação efetiva em consonância com o engajamento da mobilização social. É um contrato social, firmado na confiança de que transformações e intervenções são possíveis através da luta coletiva pelo bem comum.

Conforme apresentado ao longo deste estudo, é notável o pioneirismo do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas em ser o primeiro comitê do estado de Minas Gerais, é louvável sua iniciativa de absolver o êxito do Projeto Manuelzão e incorporar em sua estrutura a subdivisão de Unidades Territoriais Estratégicas e Subcomitês, para assim conhecer o Velhas para além de sua calha central.

Por outro lado, podemos averiguar no estudo de caso os percalços enfrentados pelo SCBH do Rio Curimataí em um momento adverso, após uma sequência de fatos, que não havia um plano de contingência para garantir a continuidade do processo. E ainda assim, após dois anos do grande marco da pandemia mundial, não há nenhuma publicação do CBH Velhas que mencione a necessidade da revisão do método de abordagem da equipe de mobilização.

Em primeiro lugar, reafirmamos que a luta pela causa ambiental é constante, é diária, os impactos acontecem a todo instante, apesar de termos inúmeras leis que prometem estabelecer um equilíbrio e “sustentabilidade”, sabemos que nessa tríade o capital vem sendo vencedor há décadas, em detrimento dos aspectos ambiental e social.

Em segundo lugar, o planeta Terra vem dando sinais de sua exaustão com a exploração dos recursos naturais, a prova maior desse desequilíbrio foi evidenciada pela pandemia mundial do coronavírus em 2020, ela obrigou o mundo capitalista a se reinventar para suportar o isolamento social, a era digital se firmou como alternativa para vários setores.

Diante do exposto, defendo a ideia de que métodos de trabalho que buscam a participação social precisam ser revisados de acordo com a dinâmica social. Talvez em 2006, quando o SCBH foi fundado nesta microbacia do Rio Curimataí, os encontros mensais com a equipe de mobilização atendiam às demandas locais, entretanto, após o marco da era a tecnologia da informação digital, o tráfego informacional circula em alta velocidade, o comportamento social é cada vez mais emergente, buscamos por respostas imediatas.

Desta forma, questiono se a método dos Comitês de manterem um corpo técnico de analistas ambientais centralizados do alto de um prédio na capital mineira, que conhecem as UTE's superficialmente através de cartas cartográficas, que realizam visitas nas UTE's pontualmente poucas vezes por ano e que ainda insiste em realizar encontros virtuais, é capaz de promover a transformação socioambiental prevista no Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas com validade até 2030.

Se reconhecemos que ninguém melhor para realizar o diagnóstico socioambiental de um perímetro que o próprio habitante local, por que testar um programa de Agente Local de Mobilização? Atualmente existem 18 SCBH ao longo do Velhas, se cada um deles tivesse a oportunidade de indicar um ativista ambiental local, entendedor do território, apartidário na política local, poderia ser um ponto focal para o recebimento de informações sobre impactos ambientais. E mais, se formos um pouco mais ambiciosos, poderia se pensar em um convênio entre o CBH Velhas com as prefeituras compreendidas dentro de cada SCBH para disponibilização de um veículo para uso exclusivo desse Agente Local de Mobilização, assim ele poderia executar uma agenda de visitas nas comunidades locais, monitorar os corpos hídricos e ser um elo efetivo de participação social. Conectando às demandas individuais de cada comunidade até os órgãos responsáveis, orientando e proporcionando educação ambiental para todos os públicos.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas. **Comitês de Bacias Hidrográficas**. Disponível em: na.gov.br/gestao-da-agua/sistema-de-gerenciamento-de-recursos-hidricos/comites-de-bacia-hidrografica-antigo. Acesso em: 30 set. 2020.

BODART, CRISTIANO. Tipo Ideal de Max Weber, 2010. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/tipo-ideal-de-max-weber/>. Acesso em: 28 out. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos. Brasília.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CBH VELHAS (Minas Gerais). **Cartilha plano diretor de recursos hídricos unidade territorial estratégica Rio Curimataí**. Co Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas. 2016. Disponível em: https://issuu.com/cbhriodasvelhas/docs/cartilha_riocurimatai_22_5x27cm_201. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Plano Diretor De Recursos Hídricos Da Bacia Hidrográfica Do Rio Das Velhas**: resumo executivo. Belo Horizonte: CBH Velhas, 2015.

_____. **Reunião dos Subcomitês do Médio Baixo e Baixo Rio das Velhas encerra os “Diálogos Regionais”**. 2022. Disponível em: <https://cbhvelhas.org.br/noticias/reuniao-dos-subcomites-do-medio-baixo-e-baixo-rio-das-velhas-encerra-os-dialogos-regionais/>. Acesso em: 28 out. 2022.

_____. **Uma história da gestão participativa das águas**: o destino dos peixes prenuncia o nosso. Salvador Ba: Gato Preto, 2021.

CBHSF (Brasil). **O que é um Comitê de Bacia**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Disponível em: <https://cbhsaofrancisco.org.br/o-cbhsf/>. Acesso em: 30 set. 2020.

INOVESA SOLUÇÕES EM ENGENHARIA AMBIENTAL (Belo Horizonte-MG). **Projeto Hidroambiental Na Unidade Territorial Estratégica (Ute) Rio Curimataí**: relatório consolidado de educação ambiental, comunicação e mobilização social. Bacia Hidrográfica do Rio Curimataí: Inovesa Soluções em Engenharia Ambiental, maio de 2019.

MINAS GERAIS. Instituto Estadual de Florestas. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad. **Expedição Hídrica Parque Serra Do Cabral**: vertente Rio Curimataí/bacia do Rio das Velhas. Serra do Cabral: Instituto Estadual de Florestas - IEF, 2015.

TORO A., Jose Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Brasília, Ministério da Justiça, 1997.

WILD, BIANCA. **Tipos de Dominação Max Weber**, 2013. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/os-tipos-de-dominacao-segundo-max-weber/>. Acesso em: 28 out. 2022.